

Sumário

Introdução	1
1 Direito ao esquecimento: dos jornais e televisões aos tempos da internet e as implicações do novo panorama social	9
1.1 Uma breve análise histórica, normativa e terminológica do direito ao esquecimento.....	12
1.1.1 Da imprecisão terminológica	15
1.2 Normas do direito brasileiro atinentes ao direito ao esquecimento.....	18
2 Uma análise do direito ao esquecimento no direito comparado: a experiência europeia e lições para a aplicação do instituto no Brasil	21
2.1 A privacidade nos Estados Unidos e União Europeia	22
2.2 O direito ao esquecimento no caso Google Spain x Mario Costeja González e sua repercussão para o instituto no cenário europeu e brasileiro.....	31
2.2.1 O cenário da desindexação pós-decisão da Corte da União Europeia.....	36
2.2.2 A quem cabe decidir sobre a desindexação?.....	42
2.3 Os limites territoriais do esquecimento no caso da União Europeia.....	45

3 O direito ao esquecimento como exercício do direito fundamental à privacidade e à proteção de dados no ambiente digital 49

3.1 A proteção da privacidade proposta pela Constituição ..53

3.2 A eficácia dos direitos fundamentais e as relações de privacidade na rede59

3.3 O direito fundamental à proteção de dados e a relação entre privacidade, proteção de dados e direito ao esquecimento64

3.4 O panorama da privacidade pós Lei Geral de Proteção de Dados.....67

4 A tutela dos direitos fundamentais à proteção de dados e à privacidade na sociedade de informação: o direito ao esquecimento como meio de concretização e suas possíveis aplicações73

4.1 Os desafios da proteção de direitos fundamentais nos ambientes de Big Data..... 76

4.1.1 Direitos fundamentais e violações das plataformas79

4.2 A tutela da proteção de dados na sociedade de informação: o direito ao esquecimento como meio de concretização 81

4.3 Os meios de concretização do direito ao esquecimento enquanto mecanismo da proteção de dados.....86

4.3.1 Da atualização.....87

4.3.2 Da anonimização88

4.3.3 Da desindexação.....90

5 Direito ao esquecimento na jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros: análise, sistematização e perspectivas para efetivação de direitos no ambiente digital97

5.1 O direito ao esquecimento no âmbito do STJ e STF: critérios para análise e metodologia	97
5.2 Principais julgados do Supremo Tribunal Federal	99
5.2.1 Compreensão do Tribunal sobre os limites entre privacidade, intimidade, liberdade de informação e liberdade de expressão e liberdade de imprensa	99
5.2.2 Caso Aída Curi e o direito ao esquecimento.....	104
5.2.3 Análise crítica do Caso Aída Curi.....	110
5.3 Principais julgados do Superior Tribunal de Justiça	112
5.3.1 Caso Xuxa (REsp 1.316.921/RJ)	112
5.3.2 Caso Chacina da Candelária (REsp 1.334.097/RJ)....	114
5.3.3 Direito à Memória e à Verdade e Direito ao Esquecimento: análise do caso “Brilhante Ustra” ...	118
5.3.4. REsp 1.407.271/SP.....	122
5.3.5 REsp 1.736.803/RJ	122
5.3.6. AIRESp 1.593.873/SP.....	123
5.3.7 REsp 1.660.168/RJ.....	125
5.3.8 REsp 1.593.249/RJ	131
5.3.9 REsp 1.771.911/SP	132
5.3.10 REsp 1.980.014/SP.....	135

5.3.11 REsp 1.961.581/MS	136
5.3.12 AIREsp 1.774.425/RJ	137
5.3.13 REsp 1.783.269/MG	138
5.3.14 REsp 1.993.896/SP	139
5.4 Conclusões acerca do posicionamento do STJ e STF no tema direito ao esquecimento e caminhos para futura normatividade	140
Conclusão	151
Referências.....	159